

Trabalhadores migrantes: formas de resistência cotidiana

*Marilda A. Menezes**

*Maciel Cover***

1 MIGRANTES COMO SUJEITOS SOCIAIS

Nossa proposta nesse artigo é compreender não propriamente as migrações, mas os migrantes, como sujeitos sociais ativos dos processos migratórios. Eles não são agentes passivos de forças estruturais ou de fatores de “expulsão” ou “atração”, nem simples força de trabalho, mas se constituem enquanto sujeitos na própria experiência de deslocamentos, nos espaços de trabalho, na família, ou ainda nas formas de organização associativa e política e práticas de sociabilidade (Fontes 2004; Alvim, 1997).

O suposto é que as ações e representações sociais dos sujeitos envolvidos nesse processo não se situam apenas no contexto das estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais, mas, resultam do modo como os migrantes e famílias *tratam* as relações sociais em que estão envolvidos de modos diferenciados em sua própria consciência e cultura. Essa orientação é inspirada na perspectiva teórica e metodológica do historiador social Edward Thompson (1965), mas também de outros autores que privilegiam o olhar para os “de baixo”, em que o cotidiano é a matéria-prima na análise das formas de (re)produção social e de transformação social (Certeau, 1994). Em pesquisas anteriores, nós já havíamos destacado igual compreensão (Menezes, 2002).

A perspectiva teórica de Thompson (1965) é construída no diálogo crítico que elabora com as perspectivas teóricas estruturalistas, especialmente na versão do marxista francês Louis Althusser (1979). Este último, atribuiria um papel secundário à ação dos sujeitos sociais concretos, pensando-os como um mero resultado das determinações estruturais, apreendidas a partir do próprio conceito de modo de produção capitalista. Thompson, ao contrário, propõe uma metodologia de análise pela qual os homens e mulheres reais possam ser apreendidos como o centro da historicidade dos processos sociais. A noção de *experiência* é o caminho utilizado para a elaboração de sua proposta teórico-metodológica:

* Professora Visitante Sênior, UFABC/PCHS, Pesquisadora 1C, CNPq.
menezesmarilda@gmail.com

** Professor da Universidade Federal do Tocantins UFT. *macielcover@gmail.com*

É esse, exatamente, o termo que Althusser e seus seguidores desejam expulsar, sob injúrias, do clube do pensamento, com o nome de ‘empirismo’. Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, indivíduos livres, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura... das mais complexas maneiras... e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre a situação determinada (Thompson, 1981, p. 182).

A ação histórica, que é simultaneamente humana e social, ocorre, segundo Thompson, em meio a escolhas, ou seja, decisões pessoais que estão referenciadas a valores, normas e atitudes, situadas em um contexto histórico determinado. Assim, ele constrói uma perspectiva metodológica em que os atores são apreendidos como sujeitos ativos na construção de suas ações, em vista de suas necessidades e interesses específicos, na relação com outros atores.

A noção de *sujeitos sociais* e não de fenômenos sociais passa a ser o centro dos objetos de pesquisa, contrapondo-se às perspectivas estruturalistas que acabam tornando invisível a ação de homens e mulheres concretos. Há aproximação analítica com a noção de ator proposta por Long (1992):

a essência de um paradigma centrado no ator é que seus conceitos são fundamentados nas experiências da vida cotidiana e na compreensão de homens e mulheres, sejam eles pobres, camponeses, empresários, burocratas governamentais ou pesquisadores (Long, 1992, p. 5; tradução própria).

Long (1992;2007), e Long e Van der Ploeg (1994), ao elaborarem teórica e metodologicamente a noção de ator, introduzem outra categoria analítica, que é a de agente (*agency*)¹. Há duas compreensões sobre essa noção. A primeira é uma concepção geral de agente em que se atribui aos indivíduos a capacidade de processar a experiência social e de discernir caminhos em um quadro de limites de informações, incertezas e outros condicionamentos. Com base em Giddens (2003, p.1-16), Long afirma:

Em termos gerais, a noção de *agency* (capacidade de agente) atribui ao ator individual a capacidade de processar a experiência social e buscar formas de lidar com a vida, mesmo sob as formas mais extremas de coerção. Considerando os limites de informação, incerteza e outros constrangimentos existentes (por exemplo, físico, normativo ou econômico-político), os atores sociais têm a capacidade de produzir conhecimento. Eles tentam solucionar problemas, aprendem como intervir no fluxo dos eventos sociais em torno deles e monitoram

continuamente suas ações, observando como os outros reagem a seu comportamento e tomando nota das várias circunstâncias contingenciais (LONG, 1992, p. 22-3).

Embora a noção de agente se corporifique nos indivíduos, esta não é atribuída unicamente a estes. Pois esta capacidade de agente é também o elemento constituinte das coletividades: grupos, categorias sociais, representantes de estado, organizações de igreja, por exemplo, aparecem como forças capazes de agir nos eventos, processos sociais, relações entre os atores etc. A concepção geral de “agente” ou de “capacidade de agente” assume como um *a priori* que todos os atores sociais, indivíduos ou coletividades, possuem, de alguma forma, certa capacidade e conhecimento para agirem nas mais diversas situações sociais.

Essa capacidade nos permite dizer que os indivíduos não apenas têm experiência, mas são ‘sujeitos constituídos mediante a experiência’, conforme nos afirma Piscitelli (2008 p.269) em seu estudos sobre mulheres migrantes brasileiras. São sujeitos sociais constituídos por experiências diversas de deslocamentos no espaço social, no trabalho, na família, assim como por sua condição de gênero, raça, nacionalidade ou origem.

Orientados por essa perspectiva, nossa reflexão aqui fundamenta-se na experiência dos migrantes de famílias camponesas (pequenos proprietários, morador e rendeiros) do Agreste Paraibano que trabalhavam no corte de cana em usinas de Pernambuco nas década de 1980-90 e do Sertão Paraibano que migraram para trabalhar nas usinas do Estado de São Paulo nas décadas de 1990 até o presente momento.

A nossa própria pesquisa bem como as de outros pesquisadores já demonstraram que o trabalho nas usinas de cana-de-açúcar é marcado por alta exploração, condições degradantes de trabalho e adoecimento (Novaes, Alves, 2007; Silva, 2007, 1999; Silva, 2006; Scopinho, 2000). Além do controle sobre o trabalho, os trabalhadores migrantes residem, muitas vezes, em alojamentos das usinas, tendo seus espaços de vida vigiados cotidianamente pelos olhares, ouvidos e estratégias de controle de personagens de mando das usinas. Nossa proposta aqui é compreender como os trabalhadores migrantes se constituem enquanto “sujeitos sociais mediante suas experiências”. Considerando que se trata de espaços de trabalho e vida perpassados de relações de dominação, destacaremos algumas ações, linguagens, comportamentos que comporiam, no nosso entendimento, práticas de resistência cotidiana, nos termos propostos por James C.Scott (1985,1986, 1990).

2 TRABALHADORES MIGRANTES NAS USINAS DE PERNAMBUCO: PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA

Os trabalhadores canavieiros nas usinas de Pernambuco na década de 1990, tanto paraibanos quanto pernambucanos – morador e trabalhador “da rua” - eram submetidos a um processo intensivo de exploração e em condições

degradantes de moradia. As relações de trabalho eram anualmente negociadas entre os sindicatos, associações de usineiros e o Estado, resultando em acordos firmados na Convenção Coletiva. Apesar desse documento ter um *status* legal, devendo ser cumprido pelos usineiros, ele era regularmente desrespeitado. Um dos aspectos da Convenção Coletiva é a regulamentação da Tabela de Tarefas, que estabelece os preços para quantidades definidas de produção para as diversas atividades, tais como limpa, plantio e corte da cana de açúcar. Os supervisores da usina utilizam-se de diversas estratégias, para subestimar a produção diária dos trabalhadores. Os paraibanos, que na sua maioria, trabalham como cortadores de cana, relatavam que a pesagem da cana era um *roubo*.

Os trabalhadores migrantes enfrentavam o *roubo* de quatro principais formas. Primeira, aceitando as condições impostas sobre eles. Segunda, através de confrontos pessoais com os supervisores da usina, no momento da pesagem da cana. Aqueles que reagissem, sofreriam sanções, tais como ser removido para atividades mais pesadas e piores pagas, ser suspenso por três dias, sem pagamento, ou ser demitido. Terceira, chamando o representante do sindicato, que solicitava ao cabo ou ao fiscal da usina a repesagem da cana. Essas providências eram controladas pelos gerentes da usina. Finalmente, deixando a usina e indo à outra, retornando para casa ou migrando para lugares distantes como Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília.

O controle repressivo sobre os trabalhadores evitava que o confronto pessoal ou a participação do sindicato fosse mais rara e isolada. A atitude mais comum era a “aceitação do *roubo*” ou de outras condições de controle do trabalho, ou, até mesmo, a decisão de rompimento do contrato de trabalho. “Aceitação” poderia ser considerada uma expressão de conformidade, passividade e submissão dos trabalhadores migrantes. Mas, compreendemos que era a atitude possível naquele contexto de repressão e ameaça sobre o próprio emprego.

As atitudes que se diferem da ‘aceitação’ tais como deixar a usina ou levá-la à justiça emergem quando o trabalhador não está preocupado em perder o emprego e tem outras alternativas em vista. Estas incluem empregar-se em outras usinas, migrar para lugares distantes como cidades na Região Sudeste do Brasil ou retornar para a área de origem.

Em outras palavras, o auto-interesse derivado de circunstâncias individuais e familiares desempenha um papel essencial nas práticas cotidianas de resistência, como Scott (1986: 26) afirmou:

Ignorar o auto-interesse na resistência camponesa é ignorar o contexto determinado, não apenas da política camponesa, mas da política da maioria das classes pobres. É precisamente a fusão entre o auto-interesse e resistência que constitui a força vital que anima a resistência dos camponeses e proletários (Scott, 1986: 26).

A decisão de deixar a usina, seja formalmente, através da interrupção do contrato de trabalho, ou informalmente, através do “abandono” do trabalho, em geral articula-se com possibilidades de trabalhar em outras usinas, em áreas urbanas distantes, ou de retornar para casa. Essas alternativas tornam-se disponíveis através de redes sociais formadas por parentesco ou relações de amizade.

Apesar da decisão de deixar o emprego ser realizada numa base individual, há alguma evidência de que esta tem sido uma estratégia praticada por um número significativo de trabalhadores, que pode ser tanto pedindo demissão ou simplesmente deixar de comparecer ao local de trabalho. Neste último caso, a carteira profissional fica “suja”, caracterizando um “mau trabalhador”, o que afetará, negativamente, o processo de seleção no próximo emprego. Para evitar tal estigma, os trabalhadores tendem a tirar outra carteira profissional, alegando que perderam a anterior. A existência de uma ou mais carteiras de trabalho é uma das estratégias de driblar o rigoroso processo de seleção dos trabalhadores, seja nas usinas, seja em outros empregos.

Os trabalhadores desistem do emprego, seja individualmente ou em pequenos grupos, geralmente formados por parentesco e redes de amizade. Dois irmãos e três amigos que estavam trabalhando na Usina Matary, na safra 1994/95, solicitaram demissão e foram trabalhar ilegalmente em outra usina. Apesar dos números citados referirem-se apenas a poucos grupos de migrantes e apenas a duas safras, eles proporcionam evidência de como “deixar o emprego” tem se tornado uma prática persistente de resistência.

Apesar de ser uma decisão individual, ela tem sido comum entre os trabalhadores, e tem afetado as técnicas de controle do trabalho. Um dos gerentes da Usina Santa Teresa, localizada no município de Goiana (1995), argumentou:

Três ou quatro anos atrás a safra estava sob risco por causa do número de trabalhadores que tinham abandonado o trabalho. Hoje, a usina tem um sistema melhor de controle na seleção dos trabalhadores e isto tem sido um elemento de ameaça e controle sobre o ‘abandono de trabalho’ ou a decisão de interromper o contrato de safra.

Como argumentado pelo gerente na citação acima, um dos critérios de seleção dos trabalhadores tem sido o cumprimento do Contrato de Safra em usinas anteriores. Apesar da maior racionalização dos mecanismos de controle dos trabalhadores, há evidência de que a interrupção do Contrato de Safra tem se constituído num fato recorrente.

Apesar de algumas práticas cotidianas de resistência serem conduzidas a nível individual, elas podem se expressar de forma persistente e recorrente entre um número expressivo de trabalhadores, e, assim, influenciar as relações de trabalho. Como Scott explica, práticas cotidianas de resistência referem-se a um “padrão consistente”:

Quando tais atos são raros e isolados, eles são de pouco interesse, mas quando eles se tornam um padrão consistente (apesar de que não coordenado e não orientado), estamos lidando com resistência (Scott, 1986: 26).

Apesar de o ato de interromper o Contrato de Safra não constituir uma confrontação com os usineiros, ou uma atitude de orientação sindical, quando adquire grandes proporções, pode afetar as regras de controle do trabalho. Quando isto ocorre, as fronteiras entre práticas cotidianas e movimentos coletivos e organizados, tais como as greves não são facilmente identificadas.

3 TRABALHADORES MIGRANTES NAS USINAS DE SÃO PAULO: PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA

Até a década de 1990, nas usinas do Estado de São Paulo, havia uma predominância de trabalhadores migrantes provenientes do Vale do Jequitinhonha, Estado de Minas Gerais e do Estado da Bahia. A partir da década de 1990, a expansão e reestruturação do setor sucroalcooleiro no interior paulista, contribuiu para um re-direcionamento das correntes migratórias da região Nordeste (Silva, 1999), com a crescente contratação de trabalhadores provenientes dos estados do Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco e Piauí (Novaes, Alves, 2007; Silva, 2007).

As formas de exploração e controle da força de trabalho colocaram, muitas vezes, os trabalhadores em situações de violência física (Freitas, 2003: 54), trabalho análogo à escravidão (Silva, 2007) ou instituições de vigilância total, como é o caso dos alojamentos (Menezes, 2002; Cover, 2011). No entanto, há, também, formas de resistência que são tecidas nos meandros e brechas das relações de dominação.

Analisaremos como os trabalhadores migrantes do Sertão Paraibano lidaram com as condições de controle e dominação. Privilegiamos a análise das interações cotidianas no alojamento Novo Horizonte no município de Santa Barbara D'Oeste, SP.

O alojamento Novo Horizonte tem instalações para abrigar 140 pessoas, porém a turma de 2010 tinham apenas 40 homens. As casas que em 2010 abrigavam os trabalhadores migrantes foram construídas inicialmente para serem utilizadas por famílias dos chamados colonos, descendentes de italianos que migraram para o Brasil no começo do século XX, que trabalhavam nas plantações de café.

Em nosso estudo nas usinas de Pernambuco, já havíamos analisado os espaços de moradia dos trabalhadores migrantes como estratégia de controle do tempo e comportamento dos trabalhadores (Menezes 2002).

No Alojamento Novo Horizonte identificamos algumas proibições e regras da usina que visavam controlar o tempo livre dos trabalhadores sob a justificativa de que é um espaço de descanso.

No alojamento existe uma sala com uma televisão, que fica ligada até às 21h00, com exceção nas quartas-feiras à noite que há jogos de futebol e a TV fica ligada até as 23h. Após esse horário, o fiscal desliga e todos são convidados a dormir.

Considerando que os alojamentos têm características de “instituições totais (Foucault, 1978) em que os indivíduos são controlados por espaço e olhares panópticos, a questão que nos perguntamos é: Seriam os trabalhadores migrantes totalmente submetidos a essa estrutura panóptica? Existiriam brechas de resistência, possibilidades de “liberdade”? Quais as práticas, linguagens, comportamentos que expressariam a sua construção enquanto sujeitos sociais ou, em outros termos, em que exercem a sua capacidade de agência?

Nossa estratégia metodológica foi interpretar as narrativas dos trabalhadores migrantes através das expressões visíveis e invisíveis, ditos e não-ditos, dos silêncios, de dissimulações. Duas expressões emergiram como relevantes: “*Por que o cara já sabe o tranco a roça*” e “*saber viver nos barraco*”.

“Por que o cara já sabe o tranco da roça” remete ao fato de que o trabalhador já sabe quais são as condições de trabalho quando vem trabalhar em uma usina. Essa frase foi dita por um dos jovens migrantes que estava no alojamento Novo Horizonte. Neimar, 23 anos, cortador de cana, em conversa conosco sobre a vida no alojamento, em outubro de 2010, disparou a frase: “*Por que o cara já sabe o tranco*”.

Segue abaixo o trecho da entrevista em que aparece a frase:

P: E além dessa dificuldade que tu falou da TV, que outros problemas tu vê? (Da vida em alojamento).

Neimar: Eu acho que deveria ter mais higiene aqui nos barracos, que não tá tendo. Só um zelador pra zelar de um monte de barraco como esse aqui! E os banheiros lá você vê! É zelado uma vez por dia! E devia ser zelado duas vezes por dia.

P: Ah, ta...

Neimar: Acho que as maiores é essas aí.

P: Aham...

Neimar: Em termo de roça eu nem esquento, por que o cara já sabe o tranco!(Entrevista com o cortador de cana Neimar, Piracicaba, outubro de 2010).

A pergunta era relacionada às dificuldades da vida em alojamento, mas a frase referia-se ao cotidiano do trabalho. Talvez suspeitasse que era nosso interesse saber sobre a sua percepção sobre o trabalho no canavial.

Sobre a “roça”, ele não “esquento”, por que “o cara já sabe o tranco”. Ao se referir ao “cara” e não a si próprio, ele utiliza um recurso de linguagem para não assumir a autoria de seu texto, “o cara” como pessoa indeterminada pode se referir a todos os trabalhadores, a cada um individualmente ou a ele mesmo.

Se, de um lado, “o cara já sabe o tranco da roça”, de outro lado, também sabe lidar com as regras da moradia, expressa na expressão: “*Saber viver em barraco*”. *Barraco* é como os trabalhadores se referem ao alojamento. Esse termo difere do termo “*casa*” quando se referem à sua casa no Sertão da Paraíba.

A expressão *barraco* revela a percepção dos trabalhadores sobre o tempo na usina como transitório, assim como o espaço de moradia também é transitório. O “*corte da cana*” é apreendido, assim, como uma *passagem* demarcada no tempo e no espaço.

Embora, suas trajetórias de vida possam ser marcadas por migrações permanentemente temporárias (Silva, 1992), podendo ser repetido todos os anos durante a fase produtiva da vida, a representação que emerge das narrativas é da provisoriade dos espaços e da transitoriedade do tempo.

Mesmo sendo um espaço provisório e um tempo transitório, é preciso conhecer os códigos que orientam os comportamentos e as expressões de linguagem nesses espaços e nesse tempo regulamentar.

Então, a pergunta que nos colocamos é: o que é saber viver em barraco? Saber viver em barracos é um conhecimento e comportamento individual ou das interações entre os indivíduos? É um aprendizado adquirido pela transmissão de outros colegas ou aprendido na vivência?

As regras no alojamento são criadas pelo corpo gerencial da usina, mas os trabalhadores criam estratégias para não cumpri-las, de modo a conquistar certo espaço de liberdade para atividades que lhe são prazerosas.

O uso de bebida alcoólica torna-se possível através de estratégias de dissimulação, um grupo de “*confiança*” esconde a bebida em um dos armários ou em alguma árvore no espaço exterior ao alojamento, de modo a não permitir a aproximação de “*caguetes*”, ou seja, pessoas “*não confiáveis*” que venham denunciar ao fiscal. Há o compartilhamento de linguagens, gestos, dissimulações de modo a garantir o controle do espaço e a proteção do grupo.

Apesar de o alojamento ser um espaço controlado pelo fiscal, os trabalhadores migrantes são habilidosos e criativos para tergiversar as regras. Essa sabedoria, entre outras, nos mostram que não são autômatos que obedecem rigidamente o regulamento da usina, mas lutam com as armas possíveis para garantir uma certa brecha de autonomia. Essa forma de ação pode ser compreendida como práticas de resistência nos termos de Scott, (1985, 1990) ou por táticas (Certeau, 1994).

As formas cotidianas de lidar com regras de controle nos alojamentos nos ensinam que a capacidade de agência dos trabalhadores atua questionando os enquadramentos de dominação dos espaços e tempo do trabalho e da vida.

Eles conseguem com suas artimanhas, criatividade, sabedoria, elaborar práticas de resistência nos termos de J.C. Scott (1985, 1990) ou táticas nos termos de M. Certeau. Assim, talham fendas nesses espaços vigiados e entrecortam o tempo disciplinar da usina.

Através dessas experiências, saboreiam o sabor da bebida, o prazer de assistir futebol, filme, novela; a alegria de compartilhar conversa com os colegas “de confiança”. Assim, estão mediante a experiência se constituindo enquanto sujeitos sociais e tecendo as alianças das redes sociais da amizade, do parentesco. Se constroem como indivíduos e constroem a sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. **A favor de Marx**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- ALVIM, R.. **A sedução da cidade**. Os operários-camponeses e a fábrica dos Ludgreen. Rio de Janeiro: Grafia, 1997.
- CEARTEAU, M. **A Invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.
- COVER, M. **O “tranco da roça” e a “vida no barraco”**: um estudo sobre trabalhadores migrantes no setor do agronegócio canavieiro. João Pessoa, Ed.UFPB, 2011.
- FONTES, P. **Um Nordeste em São Paulo**. Trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66). Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.
- FOUCAULT, M. **Discipline and Punish: the birth of the prison**. London: Penguin Books, 1978.
- FREITAS, G. J. **Ecos da Violência**: narrativas e relações de poder no nordeste canavieiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LONG, N. From paradigm lost to paradigm regained. The case for an actor-oriented sociology of development. In: LONG, N.; LONG, A. **Battlefields of knowledge**: the interlocking of theory and practice in social research and development. New York: Routledge, 1992. p.16-46
- LONG, N.; PLOEG, J.D. V. Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. In: BOOTH, D. (Ed.). **Rethinking Social Development**: Theory, Research and Practice. Harlow: Longman, 1994. p. 62-90. (Citado *apud* texto “Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura”. Trad. Daniela Garcez, Leandro Krug Wives e Rita Pereira. Revisão técnica: Sergio Schneider. Versão para circulação interna)
- LONG, N. **Sociología del Desarrollo**: una perspectiva centrada en el actor. Colección Investigaciones. México. Centro de Investigaciones y Estudios superiores en Antropología Social, 2007.
- MENEZES, M. A.; COVER, M. Alojamentos de trabalhadores migrantes em usinas de açúcar: espaço social de dominação e resistência. **Iluminuras**, Porto Alegre, v.13, n. 30, p.85-103.
- MENEZES, M. **A Redes e Enredos nas Trilhas dos Migrantes**. Um estudo de famílias de camponeses-migrantes. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ João Pessoa: Ed.UFPB, 2002.
- _____. **Da Paraíba pra São Paulo e de São Paulo pra Paraíba** (migração, família e reprodução da força de trabalho). 1985. f.? Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural). UFPB, Campina Grande, 1985.

- NOVAES, J. R. P. Idas e vindas: disparidades e conexões regionais. In: NOVAES, J. R. P.; ALVES, F. (Orgs.) **Migrantes: Trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EdUFSCAR, 2007. p. 87- 118.
- PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v.11, n.2, p. 263 a 274, 2008.
- SCOPINHO, R. A. Qualidade Total, Saúde e Trabalho: uma análise em empresas sucoalcooleiras paulistas. **RAC**, v. 4, n. 1, Jan./Abr. 2000: 93-112 Disponível in: http://www.anpad.org.br/rac/vol_04/dwn/rac-v4-n1-ras.pdf>. Acesso em: [?]
- SCOTT, J.C. **Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance**. Massachusetts: Yale University, 1985.
- _____. 'Everyday forms of peasant resistance'. **The Journal of Peasant Studies**, Vol. 13, No. 2, January 1986, pp.5-35.
- _____. **Domination and the arts of resistance: hidden transcripts**. New Haven and London: Yale University Press, 1990.
- SIGAUD, L. **Greve nos engenhos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980a.
- _____. A nação dos homens: uma análise regional de ideologia. **Anuário Antropológico 78**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, pp. 13-114, 1980b.
- SILVA, M.A.M.. **Errantes do fim do século**. São Paulo: UNESP, 1990.
- _____. Trabalho e trabalhadores na região do “mar de cana e do rio de álcool: In: NOVAES, J.R.: ALVES, F. (orgs.) **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**.São Carlos, UFSCAR, 2007. p.55-86
- SILVA, M.S. **Entre o bagaço da cana e a doçura do mel: migrações e as identidades da juventude rural**. 2006. f[?] Dissertação de mestrado em Sociologia Rural. UFCG, Campina Grande, 2006.
- THOMPSON, E. P. **The making of the English Working Class**. Londres: Victor Gollancz, 1965.
- _____. **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

RESUMO

Nossa proposta nesse artigo é compreender não propriamente as migrações, mas os migrantes, como sujeitos sociais ativos dos processos migratórios. Eles não são agentes passivos de forças estruturais ou de fatores de “expulsão” ou “atração”, nem simples força de trabalho, mas se constituem enquanto sujeitos na própria experiência de deslocamentos, nos espaços de trabalho, na família, ou ainda nas formas de organização associativa e política e práticas de sociabilidade (Fontes 2004; Alvim, 1997).

ABSTRACT

Our proposal in this article is not to understand migrations, but migrants, as active social subjects of migratory processes. They are not passive agents of structural forces or of factors of “expulsion” or “attraction”, nor simple work force, but constitute themselves as subjects in the experience of displacements, in the work spaces, in the family, or in the forms of associative organization and politics and sociability practices (Fontes 2004; Alvim, 1997).